

Apresentação

O Jornal de Políticas Educacionais está, com esta edição, trazendo a público mais um volume, o de número 9 e, com isto, fechando o nono ano de sua publicação. Neste caso, optamos em trazer os dois números anuais em um único volume. Isto trouxe, todavia, o atrapalho de algum atraso na publicação do volume, mas, por outro lado, o leitor encontrará uma ampla diversidade e uma quantidade mais expressiva de textos inéditos sobre políticas educacionais.

O primeiro desses artigos é de autoria dos pesquisadores chilenos Giselle Davis-Toledo e Sebastián Donoso-Díaz, cujo trabalho versa sobre os desafios de elaboração de políticas educacionais nos governos denominados naquele país de subnacionais. O texto relata resultado de pesquisa na região do Maule e, na análise, os autores discutem as práticas de tomada de decisões na educação, revisando as lógicas seguidas e os processos implementados, com especial referência às políticas educativas regionais. O artigo finaliza indicando que o projeto educacional regional demanda um câmbio mais cultural significativo especialmente nas práticas de gestão dos governos subnacionais.

Outro texto de autores estrangeiros vem na sequência. O artigo “A mistura social nos bairros gentrificados: uma brincadeira de criança?”, de autoria dos franceses Jean-Yves Authier e Sonia Lehman-Frisch dialoga com a questão da mistura social nos bairros aburguesados. Partindo de questões como *o que mantém a sociabilidade infantil? o meio determina as companhias dos mais jovens? quais efeitos a tão procurada diversidade social (dos adultos) produz sobre as gerações em formação?*, o trabalho observa a mescla social de crianças de 9 a 11 anos de idade, em Paris e discute os efeitos de classe social e do espaço no processo de socialização. O trabalho indica, ao final, que as sociabilidades das crianças tendem a ser simultaneamente mais numerosas e mais abertas socialmente que a de seus pais e as dos adultos dos bairros gentrificados em geral.

O terceiro artigo deste volume é de autoria do professor cearense radicado em São Paulo, Salomão Barros Ximenes. Este trabalho analisa o Custo Aluno Qualidade na meta 20 do novo Plano Nacional de Educação, com vistas a identificar um novo regime jurídico para a efetivação do padrão de qualidade educacional, requerido pela legislação brasileira. O autor discute a reconfiguração do financiamento da educação básica consolidado com a vigência do novo PNE, destacando a consolidação de um regime de implementação progressiva do CAQ. O trabalho mostra brevemente a recomposição normativa do financiamento educacional, articulando as sucessivas reformas constitucionais e legais aos novos regimes juridificados no PNE. O texto ainda analisa as bases legais do CAQ e estuda mais detidamente as estratégias do PNE sobre o CAQ, buscando compreendê-las como processo regulatório do dever do Estado para a efetivação dos direitos educacionais.

Dittrich, Gallotti Frantz e Bellardo são os autores do artigo seguinte, que versa sobre o processo de implantação da Lei Federal 11.738/2008 no município de Curitiba-PR, buscando analisar a política como indutora do trabalho coletivo nas escolas públicas da cidade mencionada. O artigo analisa como a Secretaria Municipal de Educação respondeu a uma demanda importante determinada pela lei federal, mas, ao mesmo tempo, utilizou-a como ferramenta para induzir ou reforçar o trabalho coletivo dos professores nos momentos de hora-atividade.

O artigo “A permanência no ensino superior e as estratégias institucionais de enfrentamento da evasão”, de autoria de Silvio Luiz da Costa e Sonia Maria Barbosa Dias é o próximo e trata do papel de políticas institucionais destinadas à garantia da permanência e resultado na ampliação do acesso à educação superior. O trabalho discute a evasão e outros aspectos complexos encontrados, em particular no que tange aos alunos que estão iniciando a jornada neste nível de ensino e que são advindos de camadas mais pobres da sociedade.

Monica Ribeiro da Silva, no artigo seguinte, discute o direito à educação, em especial na última etapa da educação básica, o Ensino Médio. A pesquisadora aborda a problemática que cerca esse direito com base no que determinam a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e o Plano Nacional de Educação 2014-2024, e dialoga com dados sobre a oferta da educação básica e os analisa à

luz do princípio constitucional do direito e do dever do Estado, buscando compreender a extensão do direito educacional à juventude brasileira.

Políticas de responsabilização escolar na rede municipal do Rio de Janeiro, compõem o objeto do artigo de Carrasqueira, Andrade, Koslinski, Portela e Regis. Neste trabalho, os autores investigam as diretrizes gerais da política de responsabilização escolar adotada pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro a partir de 2009. O estudo utilizou dados de distintas fontes e seus resultados indicam um desenho com forte característica de corresponsabilização, além de mostrar também diferenças na relação estabelecida entre escolas e instâncias intermediárias, bem como nas estratégias adotadas por estas instâncias para auxiliar as escolas municipais analisadas.

O oitavo artigo deste volume, de autoria de Sigwalt, Sá Brito e Guimarães, toma as políticas de formação inicial e continuada de docentes alfabetizadores como objeto de sua preocupação. Neste trabalho, as autoras analisam três momentos de formação docente de alfabetizadores e as políticas educacionais que os sustentam. Um primeiro momento, por elas identificado como tradicional; um segundo, denominado de construtivista; e o último, que procura a superação dos dois primeiros momentos. O artigo toma como referência analítica a ideia de alfabetizar letrando, na qual a alfabetização e o letramento são desenvolvidos conjuntamente. As conclusões indicam os limites dos dois primeiros períodos e os avanços do terceiro momento, assim como a necessidade de conexão de políticas de formação docente.

O trabalho de Márcia Grochoska, sobre o estatuto da carreira docente em Portugal, é o nono artigo do volume. Neste texto, a autora objetiva apresentar os debates da valorização do professor e do estatuto da carreira docente em Portugal. Utilizando levantamento bibliográfico, e leitura de documentos legais, assim como entrevistas, o artigo mostra como foi se constituindo o estatuto docente em Portugal e que conexões podem ser feitas com a realidade do docente brasileiro, dado que são países com formas organizacionais e tamanhos diametralmente opostos.

O próximo artigo trata de uma temática muito atual: a valorização dos professores. O texto de autoria de Janaína Silvana Sobzinski Moretti e Gisele Masson discute o assunto nos municípios paranaenses, analisando os seus planos de carreira do magistério. O trabalho tomou 10 municípios com critérios de desenvolvimento humano (IDH) e buscou identificar se esses municípios estão de acordo com a legislação, quanto ao estabelecimento de planos de carreira e ao pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional. As conclusões apontam que nos municípios com menor IDH, há menor atratividade pelo fato de que os professores têm uma remuneração menor, sendo, assim, preocupante a situação da valorização dos professores, uma vez que a investigação indica um descumprimento da Lei do Piso em alguns municípios, assim como o fato de que muitos planos de carreira serem pouco atrativos.

A utilização dos laboratórios padrão MEC nas escolas estaduais do Paraná é o objeto de Jorge, Ceccatto, Campos e Torres Junior, que são os autores do próximo artigo. Neste texto, busca-se compreender a percepção dos estudantes e professores acerca desta política de apoio às disciplinas escolares com a oferta de laboratórios. O estudo advém de pesquisa desenvolvida em 2014, em escolas estaduais do Paraná que receberam os mencionados laboratórios de biologia, química, física e matemática. Os dados do estudo evidenciam que as escolas apresentam laboratórios bem estruturados, em espaço apropriado, mas, as aulas efetivamente não parecem estar utilizando o material devidamente ou não conseguem estimular o interesse pela investigação e a ampliação do conhecimento pelos estudantes.

A disciplina política educacional nos cursos de pedagogia é o objeto do artigo de Silvana Stremel e Jefferson Mainardes. Os autores produzem uma análise exploratória da disciplina Política Educacional nos cursos de Pedagogia no Brasil. Após uma ampla amostra, o texto indica que há uma grande diversidade nas designações para a disciplina, bem como também se percebe que predominantemente a disciplina é ofertada nos dois primeiros anos e a carga horária é de 60 horas. O trabalho ainda destaca que a pesquisa sobre o ensino da disciplina Política Educacional é relevante e importante, uma vez potencialmente trará dados que auxiliarão o entendimento do campo, bem como o incremento do ensino e da formação de seus pesquisadores.

O décimo terceiro artigo deste volume toma o Exame Nacional do Ensino Médio, Enem, como objeto de investigação. Neste trabalho de autoria de Andrea Barros Carvalho Oliveira, se discute o exame como elemento potencial de democratização do acesso à educação superior, uma vez que a análise recai sobre o uso do exame como processo seletivo unificado levando em conta dois aspectos: a validade do exame, relacionada ao construto de competências e habilidades apresentado em sua matriz de referência; e o seu papel na democratização do acesso às vagas e no estímulo à mobilidade acadêmica. A pesquisa concluiu que mesmo com o potencial que o exame encerra, ele tem se mostrado insuficiente para promover a igualdade de oportunidades educacionais no acesso aos níveis superiores de educação.

A qualidade da educação é o tema do artigo seguinte. Trata-se do trabalho “Que a escola vá bem: contribuições de João Batista de La Salle (1651-1719) para o debate contemporâneo sobre a qualidade da educação”, de autoria de Bieluczyk, Leubet e Pauly. Neste trabalho, os autores tomam a literatura da principal referência indicada (La Salle) e a cotejam com o parecer CNE/CEB 08/2010, bem como com a análise crítica de comentadores. A investigação indica ao final que as escolas lassalistas, pela sua tradição, devem estar atentos aos avanços do campo da educação, mas devem utilizar as bases da educação legada por La Salle, para reelaborar os principais conceitos da educação do seu tempo, para que possam atender às necessidades atuais dos estudantes. De outro lado, as escolas laicas têm em La Salle, segundo os autores, um aliado importante tanto política como pedagogicamente, uma vez que seu legado no que tange aos elementos da qualidade da educação podem ser apropriados para além da educação confessional.

Na sequência, o artigo sobre as ações desenvolvidas em escolas por licenciandos vinculados PIBID, de autoria de Lidiane Limana Puiati e Eduardo A. Terrazzan, indica uma conexão entre ações desenvolvidas em escolas por licenciandos no âmbito de Cursos de Licenciatura e no âmbito de Subprojetos do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Com base em entrevistas, o trabalho destaca que é possível encontrar diversas atividades desenvolvidas pelos Bolsistas de Iniciação à Docência, mas com prevalência para o planejamento e alguma atividade didática em escola. Contudo, estas atividades desenvolvidas em escolas são, majoritariamente, observações pontuais em aulas. De qualquer forma, e por fim, o artigo mostra que o PIBID se destaca, uma vez que potencializa aos alunos conhecerem a realidade escolar durante um período prolongado.

O décimo sexto e último artigo deste volume é de autoria de Maria da Graça Nóbrega Bollmann e Marcos Edgar Bassi, que tomam o piso salarial profissional nacional, a política de fundos e o vencimento dos profissionais do magistério público estadual de educação básica de Santa Catarina como tema de sua investigação. O trabalho observa a trajetória do vencimento dos profissionais do magistério público estadual da educação básica de Santa Catarina entre 1995 e 2014. Partindo de dados quantitativos e documental, a investigação mostra que a maioria dos professores progrediu para o nível de Pós-Graduação, próximo do topo da carreira, nos valores mais elevados de vencimentos, mas, a trajetória dos vencimentos, por outro lado, mostra queda nos anos iniciais do período, estabilização nos anos intermediários com baixos valores e valorização real apenas com o cumprimento da lei do piso, mais recentemente.

Com este conjunto, esperamos manter com nossos leitores o compromisso de textos atuais e com temáticas diversas e interessantes no campo da pesquisa em política educacional.

A necessidade por mais velocidade no processo de publicação dos artigos, todavia, pode nos levar a ter que rever o formato de publicação, aproveitando que estamos completando em 2016, 10 anos de existência. Quem sabe não é tempo de migrarmos para a publicação artigo a artigo, completando o volume ao final do ano com amplitude de espaços (*slots*) de publicação, para mais artigos e com mais agilidade? A avaliar...

Boa leitura a todos!

Os Editores